

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

LÍNGUA PORTUGUESA

A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina

No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina perpetrados contra elas. Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente. Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.

A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, deixando marcas visíveis e emocionais profundas. Já a violência psicológica, talvez menos evidente, é igualmente devastadora, minando a autoestima e o bem-estar emocional da vítima por meio de humilhações, xingamentos e ameaças constantes.

A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial. Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida. Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.

Por fim, a violência moral, muitas vezes subestimada, também causa danos significativos ao expor a intimidade da mulher, difamando-a publicamente e comprometendo sua dignidade e reputação.

Para combater essa falta de conhecimento e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e formas de se protegerem, é fundamental implementar programas educacionais desde cedo, principalmente nas escolas. Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores. Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, as escolas contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra a violência feminina. Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam espaços seguros e acolhedores onde os alunos possam discutir abertamente questões relacionadas à violência de gênero, esclarecer dúvidas e buscar apoio em casos de violência.

Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias. Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero e o ensino aos filhos sobre o respeito e a valorização das mulheres desde cedo são eficazes na promoção de mudanças culturais e comportamentais.

Outra medida importante é a adoção de políticas mais rigorosas pelas plataformas digitais, que devem coibir publicações agressivas ou que promovam a violência contra as mulheres. A fiscalização rigorosa nessas plataformas pode ajudar a prevenir a disseminação de discursos de ódio e a proteger as mulheres do assédio *online*.

As plataformas digitais têm uma visibilidade ampla e a capacidade de disseminar informações rapidamente. Portanto, é essencial que utilizemos essas ferramentas de forma responsável e ética, promovendo a conscientização e o combate à violência feminina em todas as esferas da sociedade.

É essencial que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.

(Advogado Paulo Meira Passos, Diretor-Chefe da Meira Passos Advogados e Advogado da Comissão da OAB-MG. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/opiniao/>>. Acesso em: fevereiro de 2024.)

Questão 01

Acerca do emprego do acento indicativo de crase no título do texto, pode-se afirmar que:

- A) É facultativo, considerando que o termo regente pertence ao gênero masculino.
- B) É facultativo, já que o termo regente trata-se de uma expressão composta por um substantivo e adjetivo.
- C) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência nominal estabelecida e o gênero do termo regido.
- D) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência verbal estabelecida e a classificação morfológica do termo regido.

Questão 02

Considerando-se que o texto apresenta recursos e processos argumentativos para a construção de posicionamentos do enunciador acerca do tema tratado assim como de subtemas a ele relacionados, a seguir os trechos destacados apresentam expressão subjetiva na construção de tais posicionamentos, tendo direta relação com os processos citados, com EXCEÇÃO de:

- A) “A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial.” (3º§)
- B) “A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, [...]” (2º§)
- C) “No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina [...]” (1º§)
- D) “Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§)

Questão 03

Em relação ao título do texto e às relações morfossintáticas e semânticas estabelecidas em sua construção pode-se afirmar que:

- A) O termo “violência” atua como determinante de “feminina”.
- B) O termo “feminina” atua como determinante de “violência”.
- C) O termo “combate” está determinado pela expressão “violência feminina”.
- D) A ausência do artigo definido diante do termo “educação” torna o seu sentido genérico.

Questão 04

O título “A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina” atribuído ao texto refere-se diretamente às ideias trazidas ao texto nos parágrafos indicados a seguir:

- A) 3º e 4º parágrafos.
- B) 5º e 6º parágrafos.
- C) 1º ao 5º parágrafo.
- D) 5º ao 10º parágrafo.

Questão 05

“Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente.” (1º§) A locução conjuntiva “mas também”, nesse contexto:

- A) Estabelece uma ideia de acréscimo em relação à oração posterior.
- B) Estabelece uma relação de oposição, pois opõe “a falta de conhecimento” ao referido impedimento.
- C) Estabelece relação de acréscimo, adição, desempenhando a mesma função de uma conjunção aditiva.
- D) Não estabelece relação de oposição entre as duas orações, mas entre o período destacado e ideia expressa no período seguinte.

Questão 06

Acerca do conectivo sublinhado em “Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.” (5º§), pode-se afirmar que há a indicação de uma ideia de:

- A) Retificação.
- B) Efeito visado.
- C) Efeito contingente.
- D) Consequência desejada.

Questão 07

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual no texto assim como sua relevância para que a mensagem tenha a devida compreensão, pode-se afirmar que no primeiro parágrafo do texto, a manutenção do elemento introduzido “muitas mulheres” pode ser identificada em:

- A) Uma ocorrência apenas.
- B) Duas ocorrências apenas.
- C) Três ocorrências no total.
- D) Seis ocorrências no total.

Questão 08

“Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida.” (3º§) O pronome relativo destacado foi empregado como recurso coesivo que estabelece, no enunciado, relação de referência com:

- A) Os tipos de abuso sofridos pelas mulheres.
- B) A marcação temporal indicada: toda a vida.
- C) Os abusos específicos: coerção e intimidação sexual.
- D) Consequências mencionadas tais como cicatrizes emocionais.

Questão 09

“Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§) A flexão no plural da forma verbal empregada no período anterior justifica-se, pois:

- A) A forma verbal deve concordar com o sujeito composto apresentado.
- B) A forma verbal deve concordar com o sujeito que também está no plural.
- C) O verbo impessoal não apresenta variação, apenas uma única forma: terceira pessoa do plural.
- D) A forma na terceira pessoa do plural é característica do sujeito indeterminado conforme é visto no período.

Questão 10

No último parágrafo do texto, é possível reconhecer a retomada de um posicionamento do enunciador e uma referência a ideias propositivas em relação à situação-problema apresentada, que é um dos recursos textuais característicos

- A) do texto injuntivo.
- B) do texto prescritivo.
- C) do discurso indireto.
- D) do discurso dissertativo.

Questão 11

Segundo as informações e ideias trazidas ao texto, é correto afirmar que:

- A) O autor estabelece uma afirmativa hipotética acerca da violência psicológica, apresentando também algumas de suas consequências.
- B) Ao dizer que a violência sexual “merece atenção especial”, a autora explicita que tal tipo de violência pressupõe um melhor atendimento às vítimas que os demais.
- C) O controle dos bens está diretamente relacionado à violência contra o indivíduo nos mais diversos segmentos sociais; sem distinção de classe, idade ou situação econômica.
- D) Em oposição ao que é possível constatar em situações históricas passadas, a maioria das mulheres pode constatar e reconhecer-se como participante de um grupo que não mais está silenciado.

Questão 12

Em “*Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.*” (3º§), a expressão introdutória do período destacado indica:

- A) Temporalidade concomitante.
- B) A consumação de um processo.
- C) Ocasão referente ao momento exclusivo da enunciação.
- D) Frequência de um fato independentemente de eixo referencial.

Questão 13

No trecho “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores.*” (6º§), a argumentação do articulista mostra:

- A) Uma afirmativa seguida de uma oração explicativa relacionada ao tema textual.
- B) A apresentação de um fato hipotético apontado como uma afirmativa indiscutível.
- C) Um tangenciamento do tema, indicando um desvio aceitável em relação ao citado.
- D) O emprego do argumento de autoridade, considerando a qualificação informada acerca do autor.

Questão 14

Considerando o contexto, pode-se afirmar que, dentre os termos destacados a seguir, tem seu significado expresso de forma correta o indicado em:

- A) “*é alarmante constatar*” / contundente
- B) “*constatar que muitas mulheres*” / averiguar
- C) “*tipos de violência feminina perpetrados contra elas.*” / imergidos
- D) “*desconheçam os diferentes tipos de violência feminina*” / experienciam

Questão 15

A repetição indevida de palavras e/ou expressões pode comprometer o texto em relação ao nível de linguagem e clareza na transmissão da mensagem produzida. Assim, pode-se observar a seguir o emprego de termos que funcionam como elementos de coesão que mantêm o referente textual já introduzido e que impedem tal inadequação, com EXCEÇÃO de:

- A) “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, [...]*” (6º§)
- B) “*Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero [...]*” (7º§)
- C) “*Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, [...]*” (6º§)
- D) “*Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias.*” (7º§)

Questão 16

Dentre os fragmentos destacados e as formas verbais grifadas, difere-se quanto ao emprego do modo verbal, apenas:

- A) “*É essencial que a sociedade se una [...]*” (10º§)
- B) “*As plataformas digitais têm uma visibilidade ampla [...]*” (9º§)
- C) “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo [...]*” (6º§)
- D) “*Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam espaços seguros e acolhedores [...]*” (6º§)

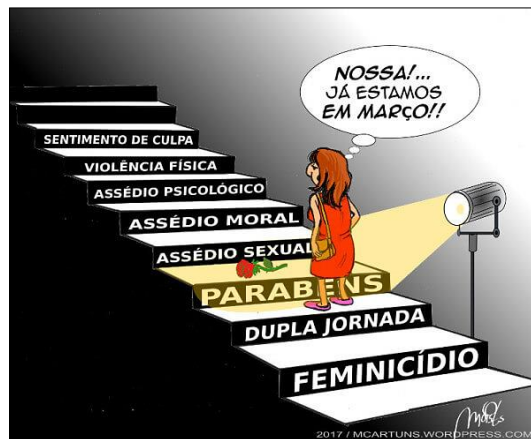
Questão 17

Considerando-se que o último parágrafo do texto apresenta uma conclusão, indique a alternativa cuja reescrita atende à adequação de acordo com a norma padrão da língua.

- A) É essencial que a sociedade se una para garantir que essas leis; sejam, pois, implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.
- B) É essencial, pois que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.
- C) É essencial, pois, que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.
- D) É essencial que a sociedade, se una para garantir que: essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.

Questão 18

De acordo com as características do gênero textual apresentado a seguir, pode-se afirmar que:



(Charge do Moises Cartuns. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/laranja-e-feminicidio-mostram-um-brasil-que-nao-respeita-suas-mulheres/>.)

- A) Apresenta como principal característica o discurso claro e objetivo.
- B) Trata-se de um texto híbrido considerando-se a linguagem empregada.
- C) Mostra-se relacionado ao tipo textual narrativo, tendo presente em sua construção os mesmos elementos.
- D) Tem como principal finalidade persuadir o leitor acerca de um tema de relevância social por meio de argumento e contra-argumento.

Questão 19

Algumas palavras podem apresentar dúvida em relação ao registro de acordo com a ortografia oficial. Em “*Já a violência psicológica, talvez menos evidente, é igualmente devastadora, minando a autoestima e o bem-estar emocional da vítima por meio de humilhações, xingamentos e ameaças constantes.*” (2º§), observa-se o emprego e registro correto de vocábulo em que o uso do hífen é evidenciado. Indique, a seguir, a alternativa que apresenta INCORREÇÃO de acordo com a norma padrão da língua.

- A) micro-ondas; sem-terra; contra-ataque.
- B) além-túmulo; aquém-mar; bem-nascido.
- C) inter-racial; sub-bibliotecário; sub-região.
- D) auto-conhecimento; anti-derrapante; semi-reta.

Questão 20

Considerando-se a produção de sentido da palavra introdutória do parágrafo destacado a seguir: “*Portanto, é essencial que utilizemos essas ferramentas de forma responsável e ética, promovendo a conscientização e o combate à violência feminina em todas as esferas da sociedade.*” (9º§), pode-se afirmar que o mesmo sentido é produzido pelo destacado em:

- A) Em meio ao caos diário, entretanto, sobrevivemos.
- B) A chuva parou um pouco; logo, podemos prosseguir.
- C) A luta pode prosseguir, mas a vitória já está determinada.
- D) O empreendimento começou a fracassar, pois alguns já começaram a desanimar.

Questão 21

Uma das reformas que teve grande relevância na redefinição do papel do Estado na década de 90 foi a denominada Reforma Gerencial do Estado Brasileiro, que surgiu em um contexto de desafios, de globalização da economia mundial, do aumento dos desenvolvimentos tecnológicos, das influências dos movimentos internacionais da Nova Administração Pública e da Nova Gestão Pública. Considerando a Reforma Gerencial no Brasil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Emenda Constitucional nº 19/1998 foi um dos documentos de grande importância para a Reforma Gerencial, tendo alterado a Constituição Federal de 1988, especialmente no que tange à inserção da lógica Gerencial na Administração Pública brasileira, introduzindo a eficiência como princípio constitucional.
- () A Reforma Gerencial brasileira, sob a base teórica do gerencialismo, leva a um novo posicionamento do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se fortalecer na função de promotor e regulador.
- () O gerencialismo tem como algumas características, a desregulamentação, descentralização ou delegação de autoridades, a racionalização orçamentária, avaliação de desempenho e flexibilização na contratação de insumos para produção de bens públicos.
- () O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresenta a transformação da Administração Pública gerencial em burocrática, prevendo como pontos essenciais a privatização de empresas estatais, terceirização de atividades essenciais e criação de organizações públicas de apoio.

A sequência correta está em

- A) F, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) V, V, V, F.

Questão 22

A seguridade social se refere a um conjunto de compromissos do Estado em termos de políticas públicas, assumidos como parte do contrato de cidadania social, de direitos e deveres, custeada solidariamente por toda a sociedade segundo o potencial de cada um, constituindo-se em um conjunto de políticas intimamente relacionadas que constituem um sistema de proteção social coeso e universal. Em relação à seguridade social, analise as afirmativas a seguir.

- I. A assistência social engloba um conjunto harmonizado de ações empreendidas pelos Poderes públicos e pela sociedade, com o propósito de garantir os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, visando o bem-estar da sociedade.
- II. A previdência social é estruturada como sistema contributivo, que demanda contribuições regulares, sendo observados critérios que visam à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, para garantir a manutenção das fontes de renda no caso de incapacidade temporária ou permanente.
- III. A seguridade social é prestada às pessoas que dela necessitarem; independentemente de contribuição, atende aqueles que não possuem meios para prover sua própria subsistência, fornecendo gratuitamente os recursos essenciais para retirá-las da condição de necessidade.
- IV. A saúde é um direito inalienável de todos os cidadãos e uma obrigação primordial do Estado, assegurada por meio de políticas sociais e econômicas de acesso igualitário e amplo, sem quaisquer restrições de beneficiários, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 23

A Lei nº 9.796/1999 trata da contagem recíproca do tempo de contribuição e a compensação financeira entre regimes previdenciários, dois assuntos relevantes para o sistema previdenciário brasileiro.

(BRIGUET; VICTORINO; HORVATH JÚNIOR. 2007. p. 140.)

A compensação financeira entre regimes previdenciários

- A) busca auxiliar o regime que mantém o benefício e cuja contribuição não recebeu para custeá-lo, atendendo ao equilíbrio financeiro e atuarial.
- B) possui como credor das contribuições vertidas ao regime instituidor, o regime de origem, responsável pela concessão e pagamento de benefícios.
- C) tem como devedor financeiro o regime instituidor, que controla a utilização de um mesmo período em duplicidade na contagem recíproca, a ser reconhecida no regime de origem.
- D) necessariamente acompanha a contagem recíproca do tempo, com a finalidade de promover o equilíbrio financeiro, mesmo que algum sistema previdenciário ou contribuinte seja prejudicado.

Questão 24

A Constituição Federal de 1988 dispõe: “Art. 44 – O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal [...] Art. 45 – A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal [...] Art. 46 – O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário”. Constitui-se em uma competência exclusiva do Congresso Nacional:

- A) Julgar, em casos estabelecidos na Constituição Federal e nas leis, determinadas autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- B) Legislar, obedecidas as regras constitucionais do processo legislativo, elaborar, aprovar e aprimorar normas jurídicas gerais e abstratas.
- C) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- D) Fiscalizar as informações contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional do Poder Executivo, destacando-se os controles realizados sob os aspectos político e financeiro.

Questão 25

O transporte público coletivo de passageiros constitui-se em uma garantia individual, um direito social e um serviço de utilidade pública, tendo como regulador, a Administração Pública, diretamente ou via licitação para contratação de empresa sob o regime de concessão ou de permissão, as quais operam sob contratos e sujeitas a um regime jurídico que lhes impõe, como fornecedores obrigações e responsabilidades em relação aos consumidores.

(MENDES, 2018; CRUZ, SILVA, 2011.)

Em relação à temática, analise as afirmativas a seguir.

- I. A falta de integração eficiente entre diferentes modais de transporte constitui-se em um desafio à gestão do transporte público, pois a expansão dos modais ocorreu de forma integrada, mas comprometeu a racionalidade do sistema.
- II. A implantação de inovações tecnológicas é uma forma de melhorar a qualidade e a eficiência do transporte público coletivo e na qual as Parcerias Público-Privadas (PPPs) podem contribuir, trazendo e incentivando a adoção de tecnologias.
- III. As tarifas e a qualidade devem ser regulamentadas de forma a incentivar o uso do transporte público e garantir a sustentabilidade financeira do sistema, mas deve haver equilíbrio entre a eficiência e a acessibilidade.
- IV. As Parcerias Público-Privadas (PPPs), nas quais os setores público e privado financiam e constroem infraestrutura de transporte público e o setor privado forneça capital e expertise técnica e o setor público forneça regulamentação e supervisão, são uma forma sustentável de solucionar problemas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 26

O controle legislativo é o controle realizado pelo Poder Legislativo sobre os atos administrativos praticados pelos outros poderes, constituindo-se em um controle externo, pois “se realiza por órgão estranho à Administração responsável pelo ato controlado”.

(MEIRELLES, 2018.)

Considerando o disposto, o controle legislativo:

- A) É classificado quanto ao momento de seu exercício como concomitante, quando o Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, realiza a apreciação de contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- B) Pode ser exercido de forma direta, quando realizado com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de cada Estado e do Município se houver, ou de forma indireta, quando pode ser realizado pelo próprio Poder Legislativo e seus órgãos.
- C) Sob o aspecto político é exercido diretamente pelo Poder Legislativo e não se limita às questões de legalidade dos atos administrativos, podendo incidir sobre questões de mérito, como julgar crimes de responsabilidade cometidos pelo Chefe do Poder Executivo.
- D) Em relação aos aspectos contábil, financeiro e orçamentário é de competência do Poder Legislativo e deve ser realizado diretamente por ele, tendo como controlar, pessoa física ou ente público que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos.

Questão 27

Iniciativas legislativas na Administração Pública são as ações e propostas promovidas pelo Poder Legislativo, ao exercer suas funções típicas de elaborar e aprovar leis e fiscalizar o cumprimento das leis e normas pelo Poder Executivo para avaliar os resultados e garantir a prestação de contas à sociedade, com o objetivo de atender às demandas da sociedade.

(SENADO FEDERAL, 2019. Adaptado.)

Constitui-se em iniciativa legislativa na Administração Pública:

- A) Atuação de comissões legislativas, ao analisarem questões como investigação e arquivamento de irregularidades, proposição de mudanças legislativas para não haver debates sobre políticas públicas.
- B) Criação de mecanismos que facilitem a participação ativa da sociedade em questões relevantes, como utilização de plataformas de redes sociais e tecnologia para promover debates e coletar opiniões.
- C) Garantia da representatividade na discussão de questões irrelevantes para a sociedade e na promoção do bem-estar de alguns cidadãos, sendo fundamentais para moldar o funcionamento do Estado.
- D) Apresentação de emendas parlamentares ao orçamento público, com o objetivo de direcionar os recursos para projetos não prioritários, como obras de infraestrutura ou investimentos de interesse político.

Questão 28

O controle interno (ou administrativo) é o poder de fiscalização e correção que os entes públicos da Administração direta e indireta exercem sobre seus próprios atos e agentes, realizando uma revisão dos seus atos, checando se obedeceram às necessidades do serviço e às exigências técnicas, econômicas e legais para sua realização.

(CASTRO, 2011. Adaptado.)

Em relação ao controle interno, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A anulação de atos pela Administração Pública, por requerimento do cidadão, em recurso administrativo, reclamação, pedido de reconsideração ou recursos hierárquicos, é o controle interno (administrativo) por provocação.
- () A implementação do controle interno na Administração Pública é essencial, representando a efetivação de gerir o bem público de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e finalidade pública, tendo o papel de auxiliar na fiscalização dos programas e projetos executados pelo ente público.
- () Controle interno (administrativo) de ofício é aquele pelo qual a autoridade competente constata a ilegalidade de seu próprio ato ou de ato de seus subordinados, mas não declara a sua nulidade e nem o revoga por considerá-lo oportuno.
- () Os conceitos de eficiência e controle são interdependentes, pois foram inseridos na Administração Pública brasileira em um contexto que buscava da maior agilidade as ações governamentais (eficiência) sem deixar meios para mensurar e verificar (controle) estas ações sob o prisma da legalidade.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, V, F, V.

Questão 29

A evolução do sistema de previdência social dos servidores públicos no Brasil apresenta três períodos históricos distintos: o anterior à Constituição de 1988; o iniciado com a Constituição de 1988; e, a partir da reforma de 1988. O primeiro período caracterizou-se pela instituição de uma forma de proteção previdenciária no Brasil.

(OLIVEIRA, 2013.)

Considerando o disposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A proteção previdenciária consistia na destinação dos benefícios previdenciários a apenas uma determinada parcela de servidores, para os quais a mera passagem para a inatividade assegurava aposentadoria, concedida com uma extensão da relação do trabalho estatutário.
- II. O sistema de seguridade social dos funcionários públicos no Brasil, antes da Constituição Federal de 1988, e a forma de proteção previdenciária têm suas origens explicadas por elementos estruturais de natureza política e econômica.
- III. Em termos econômicos, as primeiras categorias contempladas com a instituição de sistemas de previdência foram as que garantiam a base de formação do Estado, com o fortalecimento do poder militar e burocrático, do responsável pela administração fazendária, da diplomacia e Justiça.
- IV. O aspecto político tem suas raízes na herança patrimonialista do Estado Brasileiro, no qual os cargos eram considerados doações e em geral vitalícios, sendo a remuneração da atividade automaticamente convertida em proventos de inatividade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 30

Governo eletrônico é uma infraestrutura única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a tecnologia da informação e da comunicação é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão. Assim, o seu objetivo é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparência das suas ações e incrementando a participação cidadã. Ele é dividido em três categorias: G2B, G2C e G2G. Relacione adequadamente as categorias apresentadas aos seus respectivos conceitos.

1. Categoria G2B.
2. Categoria G2C.
3. Categoria G2G.

- () Envolve compras ou transações entre governos.
() Envolve a relação entre governo e cidadãos.
() Envolve a relação entre governo e fornecedores.

A sequência está correta em

- A) 1, 3, 2.
- B) 2, 1, 3.
- C) 2, 3, 1.
- D) 3, 2, 1.

Questão 31

Utilizando os conhecimentos relativos à contabilidade pública, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A estrutura de codificação das fontes de recursos públicos destinados à Câmara Municipal será definida pela coordenação contábil da própria Câmara, haja vista a não submissão do Poder Legislativo municipal a qualquer outro Poder ou ente federativo.
() No momento da contabilização do orçamento público, o total da receita orçamentária prevista e o total da despesa orçamentária fixada, por fonte ou destinação de recursos, devem ser registrados em contas orçamentárias.
() No momento do efetivo pagamento, quando da execução orçamentária da despesa, é que deverá ser registrada a transferência da “disponibilidade de recursos” para a “disponibilidade de recursos comprometida”.
() Para a receita orçamentária, o código relativo à fonte de recursos tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Por sua vez, para a despesa orçamentária, o código relativo à fonte de recursos identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, V, V.

Questão 32

O Balanço de Pagamentos, conforme publicações do Banco Central do Brasil, é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridas em determinado período. A respeito do Balanço de Pagamentos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O saldo das Transações Correntes é resultante do somatório dos valores líquidos da balança comercial, dos serviços, das rendas e das transferências unilaterais correntes.
- B) A Balança Comercial é o resultado das exportações menos as importações. As exportações e as importações são consideradas pelos valores livres dos custos internacionais de transporte e de seguro.
- C) No Balanço de Pagamentos, as informações coletadas em outras moedas estrangeiras são convertidas para dólares americanos utilizando-se a taxa de câmbio, média diária, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- D) Quando da compilação do Balanço de Pagamentos, o Banco Central do Brasil utiliza, única e exclusivamente, o regime contábil de caixa. O regime de caixa é adotado devido à utilização das estatísticas cambiais como a principal fonte de dados do balanço de pagamentos, sendo também utilizado no cálculo dos rendimentos das reservas internacionais na modalidade de títulos.

Questão 33

No Brasil, quem tem a responsabilidade de definir as metas de inflação é o Conselho Monetário Nacional (CMN). Dadas as metas de inflação, cabe ao Banco Central conduzir a política monetária de forma a fazer com que a taxa de inflação de cada ano se mantenha na meta – ou ao menos dentro do intervalo de tolerância do regime adotado.

(Disponível em: <https://portalibre.fgv.br>. Adaptado.)

Sobre a política monetária, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Tem como foco principal a taxa básica de juros de curto prazo que, direta ou indiretamente, afeta todos os setores da economia.
- B) Possui instrumentos que, aplicados ao lado de políticas fiscais coerentes, têm por objetivo evitar superaquecimento econômico ou recessão.
- C) Em conjunturas de recessão, em geral, utiliza-se uma política monetária contracionista, o que equivale à redução da taxa de juros básica.
- D) Conjunto de decisões por meio das quais os governos e suas instituições (sobretudo os bancos centrais) controlam a oferta de moeda na economia.

Questão 34

Considerando os conhecimentos sobre a teoria da tributação, analise as afirmativas a seguir.

- I. São considerados princípios básicos de um sistema tributário ótimo: capacidade de pagamento por parte dos contribuintes; tributo adequado; arrecadação conveniente e necessária; baixo custo para efetiva arrecadação.
- II. São características desejáveis em um sistema tributário ótimo: neutralidade; simplicidade; flexibilidade; responsabilidade política e equidade.
- III. Admite-se que os tributos têm as seguintes funções: arrecadatória, redistributiva e alocativa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

Questão 35

Sobre finanças públicas, mais precisamente a respeito de suprimento de fundos, de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao final de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão, obrigatoriamente e automaticamente, inscritas em Despesas de Exercícios Anteriores.
- II. A inscrição de despesa em restos a pagar não processados só é possível de ser efetivada após a anulação de todos os empenhos.
- III. Os suprimentos de fundos empenhados e ainda não liquidados, para efeito do adequado tratamento contábil, são divididos em “a liquidar” e “em liquidação”. Essa distinção é obrigatória e não depende da correta identificação da ocorrência do fato gerador da obrigação a ser reconhecida.
- IV. Uma vez feita a inscrição em restos a pagar, não poderá mais haver cancelamento de referida inscrição, pois a obrigação de pagamento por parte da Administração Pública é líquida e certa.

Está INCORRETO o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 36

Considerando o papel dos agentes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Público na prática orçamentária brasileira, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Órgão Orçamentário é o maior nível da classificação institucional, tendo por finalidade agrupar as unidades orçamentárias. Dessa forma, trata-se de uma classificação da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais.
- B) Um Órgão Orçamentário é, indiscutivelmente, uma estrutura administrativa. Assim, a classificação como órgão orçamentário traduz a estrutura dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Público.
- C) O Órgão Setorial integra o Sistema de Planejamento e de Orçamento Público. Dentre suas atribuições estão a avaliação da adequação da estrutura programática e o mapeamento das alterações que se fizerem necessárias.
- D) As Unidades Orçamentárias não integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Público, mas estão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e, também, no que couber, do respectivo órgão setorial, sendo responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo.

Questão 37

Sobre a classificação orçamentária das receitas públicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As receitas de transferências correntes e de capital devem ser destinadas a atender, primordialmente, despesas correntes.
- B) A escolha da categoria econômica da receita pública, no momento de sua previsão, deve estar associada à despesa que se pretende financiar.
- C) Se a receita arrecadada for corretamente classificada como receita de capital, a alocação do recurso deverá corresponder a uma despesa de capital.
- D) Os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou de direito privado, destinados a atender despesas de capital, devem ser classificados como Receitas de Capital.

Questão 38

Sobre a regulação da atividade econômica pelo Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A regulação abrange toda forma de organização da atividade econômica pelo Estado, seja através da concessão de serviço público ou no exercício de poder de polícia administrativa.
- II. A regulação da atividade econômica pelo Estado se divide em três áreas: a regulação econômica, que se traduz na regulação da atividade econômica e dos setores da economia pelo Estado; a regulação social, que regula as atividades de interesse social; e, a regulação administrativa, traduzida pela soberania do Estado e no poder de regulamentar.
- III. A intervenção do Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, pode ocorrer pela inserção de regras de observância obrigatória e de incidência direta nas relações econômicas públicas e privadas e pela criação de regras instrumentais de incidência indireta na atividade econômica, seja incentivando ou desincentivando determinadas atividades.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 39

Considerando as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil sobre regulação e fiscalização da atividade econômica, bem como a competência para legislar sobre orçamento público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () São competências privativas do Poder Legislativo Municipal acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e de exploração de recursos minerais em seu território.
- () A União, os Estados e o Distrito Federal legislam concorrentemente sobre orçamento público.
- () Compete ao Poder Legislativo Municipal autorizar, regular e fiscalizar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) V, F, V.
- C) F, V, V.
- D) V, F, F.

Questão 40

As classificações orçamentárias das receitas públicas e das despesas públicas possuem peculiaridades que devem ser de conhecimento do consultor legislativo. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A normatização da codificação da natureza da receita pública, válida para os municípios, é feita por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.
- B) As receitas públicas podem ser classificadas em Receitas Originárias ou Receitas Derivadas, tendo por base a procedência. Contudo, essa classificação não é considerada oficial pela Administração Pública.
- C) A origem da receita pública se refere ao detalhamento das categorias econômicas (Receitas Correntes e Receitas de Capital), e objetiva identificar a procedência das receitas quando do ingresso nos cofres públicos.
- D) A classificação da receita orçamentária e da despesa orçamentária é de utilização obrigatória pelo Poder Executivo de todos os entes da Federação, sendo facultado ao Poder Legislativo de cada um dos entes a sua adoção.

Questão 41

Um Consultor Legislativo de determinada Câmara Municipal foi encarregado de assessorar a comissão de planejamento orçamentário, auxiliando na discussão dos projetos relativos à temática. Em determinado ano, durante diversas reuniões dessa comissão para tratar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano seguinte, o servidor deixava de praticar as atribuições de seu cargo, retardando indevidamente o processo, justificando sua conduta no descontentamento pessoal quanto às ações praticadas pelo Presidente da Câmara. Com base na legislação que trata dos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionário público, a conduta do referido servidor poderia ser enquadrada no crime de:

- A) Concussão.
- B) Prevaricação.
- C) Excesso de exação.
- D) Abandono de função.

Questão 42

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, considera-se agente público: “o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades públicas”. (Brasil, 1992; 2021). Nesse aspecto, os agentes públicos podem desempenhar suas atividades ocupando cargos, empregos ou funções públicas que, de acordo com a Constituição, são “acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. Em relação a essa temática, baseado no que dispõe a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) O emprego público deriva da necessidade de contratação por tempo determinado para atender a interesse público excepcional.
- B) Os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- C) As funções de confiança, que podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporário, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) A função temporária depende, para sua investidura, de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e sua complexidade.

Questão 43

A nova Lei de Licitações trouxe diversas inovações quanto às modalidades, dispensa, inexigibilidade, dentre outros assuntos relevantes. Quanto às finalidades das modalidades de licitação previstas na referida lei, analise as afirmativas a seguir.

- I. **Concorrência:** contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- II. **Concurso:** escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou preço.
- III. **Diálogo competitivo:** contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos.
- IV. **Pregão:** obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento deverá ser o de menor preço.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 44

De acordo com Di Pietro (2024, p. 234), “pode-se definir o ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário”. Por ser uma espécie de ato jurídico, há atributos que distinguem o ato administrativo dos atos de direito privado. Nesse aspecto, analise os conceitos a seguir.

- I. Ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- II. Ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- III. Atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- IV. Certidões, atestados, declarações, informações fornecidas pela Administração Pública são dotadas de fé pública.
- V. Presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.

Em relação aos atributos dos atos administrativos, os conceitos apresentados representam, respectivamente:

- A) I. Autoexecutoriedade II. Imperatividade III. Presunção de Legitimidade IV. Presunção de Veracidade V. Tipicidade.
- B) I. Tipicidade II. Autoexecutoriedade III. Imperatividade IV. Presunção de Veracidade V. Presunção de Legitimidade.
- C) I. Autoexecutoriedade II. Imperatividade III. Presunção de Legitimidade IV. Tipicidade V. Presunção de Veracidade.
- D) I. Tipicidade II. Autoexecutoriedade III. Imperatividade IV. Presunção de Legitimidade V. Presunção de Veracidade.

Questão 45

A Constituição Federal previu a participação cidadã no processo legislativo por três formas, quais sejam, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo (BRASIL, 1988). Além disso, tem crescido a adoção da prática de audiências e consultas públicas sobre projetos de lei antes que sejam levados à votação em plenário (Programa Cidades Sustentáveis, [s.d]). No caso da cidade de Belo Horizonte, a Lei Orgânica do Município dispõe que “o exercício direto do poder pelo povo no Município se dá, na forma desta Lei Orgânica, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular no processo legislativo; participação na administração pública; ação fiscalizadora sobre a Administração Pública”. Sobre tais modalidades, assinale a afirmativa correta.

- A) O referendo é um instrumento processual adequado para reprimir ou impedir danos a qualquer interesse coletivo.
- B) A ação civil pública se trata de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância.
- C) O plebiscito é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
- D) O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Casa Legislativa providenciar a correção de eventuais impropriedades.

Questão 46

De acordo com o Tribunal de Contas da União (2021, p. 10), políticas públicas “podem ser definidas como o conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do Estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos”. Dentre os estágios de políticas públicas estão a formulação, a implementação e a avaliação e, para que eles sejam realizados de maneira adequada, devem ser cumpridas algumas fases, cuja execução e condução desse ciclo é de responsabilidade dos gestores públicos. Sobre as fases a serem cumpridas para a realização de maneira adequada dos estágios das políticas públicas, assinale a afirmativa que apresenta o conceito correto.

- A) Análise de alternativas: envolve a definição das estruturas de governança, de gestão de riscos e controles internos, de monitoramento e de avaliação da política pública.
- B) Operação e monitoramento: momento em que regras, rotinas e processos são convertidos de intenções em ações e no qual se produzem os resultados concretos da política pública.
- C) Diagnóstico do problema: diz respeito ao processo de julgamento deliberado sobre a validade de propostas para a ação pública ou inação, bem como sobre o sucesso ou falha de intervenções executadas.
- D) Desenho da política pública: refere-se ao conjunto de práticas voltadas para a identificação do problema, sua delimitação e caracterização, identificação de público-alvo e de possíveis causas, efeitos e formas de tratamento.

Questão 47

Vasconcellos e Garcia (2023, p. 14) definem a economia como “a ciência social que estuda de que maneira a sociedade decide (escolhe) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas”. Além disso, os autores também apontam que a ciência econômica tem como objetivo de estudo “analisar os problemas econômicos e formular soluções para resolvê-los, de forma a melhorar nossa qualidade de vida”. Dentre os fundamentos da ciência econômica, destacam-se:

- I. Fatores de produção: se incluem os recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), o capital, a terra, as reservas naturais e a tecnologia.
- II. Curva de possibilidades de produção: expressa a capacidade máxima de produção da sociedade, supondo pleno emprego dos recursos ou fatores de produção de que se dispõe em dado momento do tempo.
- III. Custo de oportunidade: sacrifício de deixar de produzir parte do bem x para se produzir mais do bem y.
- IV. Macroeconomia: analisa a formação de preços no mercado, ou seja, como a empresa e o consumidor interagem e decidem qual o preço e a quantidade de determinado bem ou serviço em mercados específicos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 48

Quando os governos enfrentam uma situação de *deficit*, além das opções de aumento de impostos ou corte de gastos, surge o problema de como esse *deficit* será financiado. A emissão de moeda e a venda de títulos da dívida pública ao setor privado são as principais alternativas de fontes de recursos extrafiscais para esse financiamento. Em relação a tais conceitos, assinale a afirmativa correta.

- A) A emissão de moeda provoca elevação da dívida pública.
- B) A emissão de moeda é também conhecida como monetização da dívida.
- C) A venda de títulos da dívida pública acarreta diminuição do endividamento.
- D) A venda de títulos da dívida pública é uma forma eminentemente inflacionária.

Questão 49

Mesmo com a crise econômica mundial que eclodiu no segundo semestre de 2008, houve, no Brasil, uma retomada do crescimento econômico, com “*inflação sob controle, taxa de câmbio valorizada ampliando o poder aquisitivo da população, crédito em expansão, taxa de desemprego em queda, rendimento em elevação, massa salarial se ampliando, entre outros aspectos econômicos favoráveis*”. O crescimento no consumo das famílias e a retomada do investimento, tendo por base uma melhor distribuição de renda, levaram muitos a considerarem a existência de um novo modelo econômico centrado no consumo de massa.

(GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2017, p. 679-681.)

Dentre as bases do “Modelo Baseado no Consumo de Massa” adotado no Brasil, no final da década de 2000, destacam-se os seguintes aspectos:

- I. Aumento da demanda de bens populares e modernos, com ampliação do tamanho do mercado consumidor.
- II. Ampliação da renda das famílias trabalhadoras, restrição ao crédito e melhora do emprego.
- III. Ampliação da escala produtiva, elevação das taxas de juros e processo de industrialização para substituição de importações.
- IV. Busca por ganhos de competitividade pela introdução de novas técnicas de gestão, novas tecnologias, novos produtos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 50

A teoria da produção preocupa-se com a relação técnica ou tecnológica entre a quantidade física de produtos (*outputs*) e de fatores de produção (*inputs*).

(VASCONCELLOS e GARCIA, 2023, p. 42.)

Em relação aos conceitos básicos da teoria da produção, assinale a alternativa correta.

- A) Produto total: processo de transformação dos fatores adquiridos pela empresa em produtos para a venda no mercado.
- B) Produção: representa a resposta da quantidade produzida a uma variação da quantidade utilizada de todos os fatores de produção.
- C) Economias de escala: quantidade do produto que se obtém da utilização do fator variável, mantendo-se fixa a quantidade dos demais fatores.
- D) Função de produção: relação que mostra a quantidade física obtida do produto a partir da quantidade física utilizada dos fatores de produção em determinado período de tempo.

Questão 51

O exercício da competência tributária pressupõe o poder de tributar e, conseqüentemente, a atividade instrumental de administrar os tributos instituídos. Para ilustrar a importância da administração tributária, podemos citar o fato de que o Código Tributário Nacional (CTN), instituído por meio da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, destinou, em seu Livro Segundo, o Título IV, exclusivamente, para tratar da matéria “administração tributária”. Embora a administração tributária englobe uma gama variada de atividades, o Título IV do Livro Segundo do CTN é dividido em apenas três capítulos; assinale-os.

- A) Fiscalização; Arrecadação; e, Dívida Ativa.
- B) Dívida Fundada; Previsão; e, Arrecadação.
- C) Fiscalização; Dívida Ativa; e, Certidão Negativa.
- D) Dívida Fundada; Orçamentação; e, Lançamento.

Questão 52

Os empréstimos compulsórios, de acordo com a doutrina predominante, constituem um tributo restituível, mas, sendo tributo, como tal deve ser tratado, conforme salientam ilustres juristas como Amílcar Falcão, Alfredo Augusto Becker, Aliomar Baleeiro e Geraldo Ataliba. Sobre a temática de empréstimos compulsórios, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os empréstimos compulsórios são de competência exclusiva dos poderes executivos federal, estadual e municipal.
- II. A criação de um empréstimo compulsório só se justifica pela necessidade de atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- III. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- IV. A criação de um empréstimo compulsório é realizada via lei ordinária, que deve ser aprovada e sancionada, no mínimo, cento e oitenta dias antes da sua entrada em vigor.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) III e IV.

Questão 53

No Brasil, há tributos em muito do que se consome: na energia elétrica, nas roupas que vestimos, nos alimentos que consumimos, nos veículos que nos transportam, nos combustíveis que os movimentam – em praticamente quase tudo que se possa ter, comprar, vender ou consumir. A carga tributária bruta, antes da pandemia da Covid-19, chegou a mais de 32%, ultrapassando os R\$ 2.127 bilhões. A carga tributária bruta possibilita ao Estado o seu funcionamento e é a forma como o indivíduo contribui para o financiamento das despesas coletivas. Para calcular a carga tributária bruta, é necessário:

- A) Multiplicar a arrecadação bruta pela variação do Produto Interno Bruto.
- B) Multiplicar o Produto Interno Bruto pela taxa média de arrecadação bruta.
- C) Dividir a arrecadação de tributos pelo Produto Interno Bruto a preços de mercado.
- D) Dividir o Produto Interno Bruto pela arrecadação de tributos a preços de mercado.

Questão 54

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece limites para o gasto com pessoal nas entidades do setor público. A Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), no ano de 2023, apresentou uma despesa total com pessoal no valor de R\$ 195.867.684,78 para uma receita corrente líquida ajustada de R\$ 15.062.510.131,04. Tomando por base os limites impostos pela LRF, observa-se que a CMBH, em relação aos gastos com pessoal:

- A) Não está sujeita aos limites impostos pela LRF.
- B) Ultrapassou o limite de alerta imposto pela LRF.
- C) Ultrapassou o limite prudencial imposto pela LRF.
- D) Não ultrapassou nenhum dos limites impostos pela LRF.

Questão 55

Dívida pública é a dívida contraída pelos governos para o financiamento do seu *deficit* orçamentário, e para outras operações com finalidades específicas, definidas em lei. Considere as seguintes origens de dívida pública:

- I. Emissão de títulos públicos.
- II. Realização de empréstimos e financiamentos.
- III. Precatórios judiciais emitidos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.
- IV. Realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a dezoito meses.

São elementos que compõem a dívida pública consolidada ou fundada, o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 56

Os limites da dívida consolidada foram estabelecidos por Resoluções do Senado Federal em termos da Dívida Consolidada Líquida, que corresponde à Dívida Consolidada ou Fundada deduzidas as disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros. Para os Estados e para os Municípios, os limites para a dívida consolidada são, respectivamente, de:

- A) 120% e 200% da receita corrente bruta.
- B) 200% e 120% da receita corrente bruta.
- C) 120% e 200% da receita corrente líquida.
- D) 200% e 120% da receita corrente líquida.

Questão 57

“As eleições municipais no Brasil, neste ano de 2024, estão previstas para ocorrerem em 6 de outubro, com segundo turno marcado para o dia 27 do mesmo mês. Os eleitores escolherão os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores dos mais de 5.500 municípios do país. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos ___ dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no Art. 20.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 90
- B) 100
- C) 120
- D) 180

Questão 58

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) é um importante indicador do endividamento do setor público no Brasil. Em um levantamento recente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) identificou que “a razão dívida pública/PIB aumentou no período recente. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) passou de 72,9% ao final de 2022 para 74,4% do PIB em agosto de 2023”. A DBGG abrange:

- A) Os débitos representados por títulos públicos que se encontram em poder de seus órgãos da Administração direta e indireta, de fundos públicos federais, dos estados e dos municípios.
- B) O total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo.
- C) Os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo, considerados pelos valores brutos, sendo as obrigações vinculadas à área externa convertidas para reais pela taxa de câmbio de final de período.
- D) As operações compromissadas realizadas pelo Ministério da Fazenda com títulos públicos, porque apresentam estreita relação com a dívida do Tesouro Nacional, e sua inclusão permite melhor acompanhar a situação fiscal do governo.

Questão 59

Conforme explica o Banco Central do Brasil (BCB), a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é o “*balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central. Os saldos são apurados pelo critério de competência, ou seja, a apropriação de encargos é contabilizada na forma pro-rata, independente da ocorrência de liberações ou reembolsos no período. Eventuais registros contábeis que não utilizam esse critério são corrigidos para manter a homogeneidade da apuração*”. Para o cálculo da DLSP, são consideradas, EXCETO:

- A) Empresas do conglomerado Itaipu Binacional.
- B) Administrações diretas estaduais e municipais.
- C) Administrações indiretas de qualquer esfera pública.
- D) Empresas do Grupo Petrobras e do Grupo Eletrobras.

Questão 60

A Prefeitura de Belo Horizonte instituiu a cobrança de taxas com base no Código Tributário Nacional e no Código Tributário Municipal. São exemplos de taxas cobradas pelo município de Belo Horizonte:

- A) Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF); Taxa de Serviços de Comunicação (TCOM); Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS).
- B) Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade (TFEP); Taxa de Serviços de Manutenção (TSM); Taxa de Serviços de Comunicação (TCOM).
- C) Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade (TFEP); Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF); Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS).
- D) Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF); Taxa de Serviços de Manutenção (TSM); Taxa de Manutenção dos Cemitérios Municipais (TMCM).

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) dissertações sobre temas específicos da área respectiva do cargo. Será avaliada em 100 (cem) pontos, sendo 50 (cinquenta) pontos para cada dissertação.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruer em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS	38 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS	12 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,4 ponto, até o limite de 12 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Questão 01

Substituição Tributária (ST), conforme a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG), é o *“regime de recolhimento do ICMS, mediante o qual se atribui a determinado contribuinte a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por terceiro. A aplicação do regime ST apresenta-se como instrumento de política tributária, promovendo recuperação de receita do ICMS em vários setores da economia mineira, mediante melhoria do controle fiscal, sem, contudo, elevar a carga tributária que pudesse onerar a cadeia produtiva e o consumidor final. Como técnica de tributação nas operações subsequentes, tende a corrigir as distorções concorrenciais de natureza tributária, promovendo justiça fiscal, na medida em que equaliza as condições competitivas entre contribuintes do mesmo setor”*. No RICMS/2032 da SEF/MG há sete hipóteses para a não aplicação da substituição tributária. Apresente cinco dessas hipóteses.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

Questão 02

A imagem a seguir foi obtida no Portal da Transparência da Prefeitura de Belo Horizonte e apresenta o resultado da arrecadação de impostos pelo município no exercício de 2023:

TRANSPARÊNCIA RECEITAS PÚBLICAS						
RESULTADO						
Espécie	Previsão	Arrecadação	% Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar	Detalhamento
Impostos	5.446.070.828,00	5.752.988.105,00	106%	0,00	306.917.277,00	Ver Rubricas

(Disponível em: <https://transparenciareceitas.pbh.gov.br/vlrespecies.php>. Acesso em: 20/02/2024.)

Os impostos constituem uma das principais fontes de receitas correntes do município e, como se observa na imagem, a sua arrecadação superou a previsão no ano de 2023. Cite três tributos de competência municipal e discorra sobre eles, apresentando suas características, hipóteses de incidência e fatos geradores.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos; 2 (duas) questões discursivas para os cargos superiores, exceto, para os cargos de procurador e redator; 1 (uma) peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer) para o cargo de procurador; 1 (uma) proposição normativa, com justificativa para o cargo de redator; e, ainda, 1 (uma) redação para o cargo de Técnico Legislativo II.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.